

Coletivo FILA: (des)organizando esperas, agenciando testemunhos

Collective queue: disorganizing waits, touting testimonials

Karine Szuchman

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO:

O presente artigo discorre sobre a experiência do grupo Coletivo Fila ao acompanhar familiares de adolescentes internados provisoriamente na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) do Rio Grande do Sul. Nas oficinas realizadas pelo grupo junto aos familiares, são compartilhadas histórias centradas na violência de Estado vivenciada por eles, evocando as marcas da ditadura civil militar no Brasil, cujos efeitos seguem na clandestinidade. Tendo em vista o testemunho como ferramenta potente para trazer à luz tais narrativas, resgata-se a necessidade de uma discussão sobre as políticas de esquecimento e silenciamento no Brasil.

Palavras-chave: violência de Estado; testemunho; silenciamento

ABSTRACT:

The current article comments about the experience of the group Coletivo Fila when working together with relatives of teenagers who are temporary inmates at Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) in Rio Grande do Sul. At the workshops held by the group with the families, the State violence is presented in most speeches evoking the marks of the civil military dictatorship whose effects are still hidden. Using the testimony as a powerful tool to bring light to those narratives, we rescue the need to discuss the forgetfulness and silencing policies in Brazil.

Key-words: State violence; testimony; silence

“Lá fora, a vida desfilava, impávida. Injustiça é o mundo prosseguir assim mesmo quando desaparece quem mais amamos”
Mia Couto

1. As aventuras subterrâneas de Alice – um percurso pela tortura dos corpos

Seu rosto era largo, de queixo comprido e traços marcantes. Ela estava de óculos escuros e parecia inquieta. Era uma manhã fria, mas o sol brilhava e aquecia a longa espera para entrar nos portões da FASE¹.

Seus cabelos encaracolados voavam ao vento acompanhando a fumaça do cigarro que saía de sua boca. JB nos apresentou – apresentou-me também sua filha,

Alice², que estava ao seu lado -, ela estendeu a mão e começou então a me contar de seu filho, que naquele momento aguardava por sua visita do outro lado das grades.

Disse que ele passou por uma tortura policial violenta: *saco, choque, unha, jacaré ...* e meu estômago embrulhou. Ela e a filha me olhavam e contavam todos os detalhes, não de forma vibrante, não aumentavam a voz, mas aquelas palavras iam ressoando na minha cabeça a cada segundo num timbre mais forte. JB disse que elas poderiam denunciar na ouvidoria, o advogado delas poderia ajudar, mas ela disse que uma outra família fez isso e alguns dias depois estavam todos mortos.

Ela levantou os óculos escuros, apoiou-os na cabeça. O que fazer? Resignação. Depois de ouvir tudo nos despedimos, ela apertou minha mão de novo, olhou fixo nos meus olhos e me agradeceu. Estava com os olhos vermelhos, apertados. Lembro de uma lágrima, se caiu ou não, não tenho certeza.

No ônibus a caminho de casa queria compartilhar com os colegas, queria que eles ouvissem também aquilo que eu ouvi, que soubessem que não acontece só nos filmes. Quando cheguei em casa comecei a escrever e lembrar das sensações que me perpassaram a cada palavra dita: *saco* – prendi a respiração; *choque* – me arrepiei; *unha* – segurei meus dedos. Proust (1913) fala que a experiência passa pelo corpo e, naquele momento, com aquele embrulho no estômago, tive vontade de vomitar. Vomitar aquelas palavras de tortura pra tudo e para todos. Mas naquela hora eu não gritei para o mundo, deixei apenas como mais uma estação por onde o bonde parava.

Encontrei Alice outras vezes. Eu sugeri a ela escrever sua história. Ela topou; queria falar do que aconteceu com seu irmão, queria que mais gente soubesse dessa tortura que acontece. Mas sua mãe não queria que ela se expusesse, e achou melhor ela não escrever. Nunca mais cruzei com ela, mas as histórias continuam cruzadas. Ela não escreveu sobre seu irmão. Ficou silenciado o texto que poderia fazer com que outros estômagos se embrulhassem. Um vômito coletivo! É isso que precisamos fazer. Este pequeno registro tenta recuperar, em parte, este silêncio.

Uma introdução que foge a convenções. Não poderia ser diferente, já que a própria experiência não é nada convencional. E há como se datar a experiência? Durante muito tempo, não sei bem quanto, meu estômago esteve embrulhado enquanto palavras de tortura ressoavam em minha cabeça. Foram muitos os relatos que ouvi de diferentes mães que narravam a tortura a que seu filho fora submetido no momento da apreensão pela polícia.

Tudo parece embaçado, as dores se misturam, a sensação de dor atravessa os corpos, como se fossem todos um só: o corpo atingido do filho é sentido na sua primeira morada, no ventre da mãe, que ao me narrar faz com que meus ouvidos se perfurem e então meu corpo – corpo da testemunha - também é atingido. Enquanto a tortura se perpetua, o corpo que o Estado está ferindo (para muito além daquele que está sob a aparelhagem) é o corpo social. Corpo repleto de órgãos instrumentados para o social³. Corpo cheio de braços e pernas feridas que caminham cotidianamente debaixo dos nossos olhos. Corpo dessa sociedade heterogênea, multifacetada e desigual, produto e produtor da sociedade. Sabemos que os corpos torturados têm raça, cor e idade. No entanto, a seletividade do sistema não consegue calcular os limites da violência que se derrama pelo tecido social, afetando e manchando com sangue a história de nosso país.

Certo dia ouvia algo de outra época, em outra linguagem. Quem falava não era mãe de um adolescente que estava internado provisoriamente e o que ela narrava acontecera em um período quando a Fase não existia; no entanto, já existiam prisões. Foi durante um programa de televisão em que a psicóloga, professora e militante do grupo Tortura Nunca Mais (RJ) Cecília Coimbra, estava sendo entrevistada. Ela contava do tempo da ditadura civil-militar no Brasil, da militância na década de 60 e 70 e de sua prisão no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna). Começou a contar da tortura a que fora submetida: “os choques elétricos no meu corpo nu e molhado são cada vez mais intensos... E eu me sinto desintegrar: é um pesadelo... Eu não estou aqui, penso eu. O filhote de jacaré com sua pele gelada e pegajosa percorrendo meu corpo...” (COIMBRA, 2009: 28).

Logo me lembrei do irmão de Alice, da tortura que ele passara também com choque e filhote de jacaré. Mais de quarenta anos separam a tortura do irmão de Alice e a tortura que sofrera a psicóloga. Muita coisa mudou nessas quatro décadas, mas muita coisa continua igual. Sim, é possível datar os fatos, estive com Alice no inverno de 2012; Cecília Coimbra esteve no DOI-CODI no inverno de 1970. No entanto, a violência do acontecimento narrado é atemporal, ela se encarna sobre o aqui e agora, sobre nossos corpos, sobre este papel. O próprio ato de narrá-la reatualiza a imagem desta violência.

Ao mesmo tempo narrar faz resistência ao silenciamento do Estado sobre essa violência da qual ele próprio é produtor. Na “história oficial” aparece somente a violência da sociedade civil, enquanto a violência de Estado permanece oculta sob a égide de combate ao crime e/ou proteção. Mas proteção de quem? Por isso temos o

dever de falar, narrar e escrever essas outras histórias, para que seus protagonistas possam aparecer enquanto sujeitos, enquanto portadores de uma voz legítima, que também sustenta verdades e saberes.

Se durante a ditadura (mais precisamente com a implementação do AI-5, em 1968) reinou um período em que a estratégia era calar as manifestações da oposição, retendo os sujeitos sob uma repressão ocorrida a quatro paredes, hoje em dia não estamos tão longe disso. Sob o império do silêncio, a violência aparece em uma só versão na medida em que o Estado se esforça para calar os que estão à margem. Encarceraram-se os marginalizados, encarceraram-se seus discursos; no entanto, não são passíveis de total aprisionamento, como Coimbra (2009: 23) nos aponta: “apesar dessas estratégias de silenciamento e acobertamento, essas outras histórias vazam, escapam e, de vez em quando, reaparecem, invadindo muitos de nós. Por isso, falar delas é afirmar/fortalecer uma memória ignorada, desqualificada, negada”.

É sobre as histórias que vazam que aqui escrevo, sobre experiências que transbordam o corpo marcado, o corpo de quem narra, o corpo de quem escuta e de quem testemunha. Narrar na tentativa de produzir algo onde parece não haver sentido, acreditando que narrar nos reposiciona na vida, naquela história, naquela experiência.

2. Sobre a experiência

*Lembra daquele tempo
Que sentir era
A forma mais sábia de saber
E a gente nem sabia?⁴*

Durante uma vida são muitas as vivências pelas quais passamos, algumas que nos marcam com sensações duradouras, outras que não ficam na memória, mas poucas são as que chamamos de *experiência*. Quando uma vivência se torna experiência? Quais são os elementos que devem estar em jogo para que uma experiência se registre e se transmita? Uma vivência pode ser considerada experiência na medida em que ela é compartilhada. Para Benjamin (1933), é na relação com a alteridade que a experiência se faz possível, através da narração para um outro. O exercício, portanto, não é apenas o de partilhar essa história, mas COMpartilhá-la, pressupondo o reconhecimento do outro, da alteridade, e garantindo desse modo a transmissão da experiência.

O ponto de partida é a diferença: o outro é posto como enigma (AMORIM, 2004). Atribuímos à alteridade uma dimensão de estranheza, distanciamento, suspensão. É no contato com o outro que entramos em território desconhecido. Cada passo dado pode quebrar o chão de vidro sobre o qual pisamos, provocando ruídos e estalos que podem ser ouvidos em outros territórios.

Sobre a escuta da alteridade, Amorim (2004: 26) fala que “o pesquisador pretende ser aquele que recebe e acolhe o estranho. Abandona seu território, desloca-se em direção ao país do outro, para construir uma determinada escuta da alteridade, e pode traduzi-la e transmiti-la”. Nesse jogo de se entregar ao desconhecido, colocando-se em risco e sem certeza do caminho de volta, penso que a experiência chega muito perto da sensação de estar se afogando. Lazzarotto (2012) fala que para experimentar é preciso vestir-se de não senso e fazer do absurdo a matéria do pensamento. Deixando-me levar por entre as ondas provocadas por um mergulho, entrego-me ao que está por vir sem tentar antecipá-lo, apenas jogando meu corpo indefeso, sem nenhum colete salva-vidas.

Ouvir os relatos de tortura, de violência e sofrimento não é apenas uma experiência, é como se fôssemos atacados por um turbilhão de experiências ao mesmo tempo, cada uma nos socando por um lado, sem muito tempo para prepararmos uma defesa. Ao testemunhar esses relatos me sinto como se de alguma maneira eu também estivesse sendo violentada. Flávio Tavares (2012: 61), ao contar da sua experiência quando esteve preso nos tempos da ditadura, fala que “ser forçado a presenciar o suplício, como espectador, destroça mais do que o suplício em si. De simples vítima, passamos a ser vítimas da brutalização da vítima”.

A experiência transborda de um corpo a outro, a afetação alcança outros corpos, de quem viu, presenciou e também de quem ouviu. Aquele que escuta, que testemunha a narração da dor do outro, também compartilha uma dor. Benjamin (1936) nos diz que o registro implica o compartilhamento. Como então poderia eu compartilhar aquilo que vivi?

O que ocorre parece ser uma dificuldade em produzir um registro que faça a experiência sair do individual para o nível coletivo, compartilhado. Cada vez mais, hoje em dia, vemos a produção de uma memória individual e solitária própria da modernidade, do isolamento e da solidão. “Uma memória tão fragmentada e isolada que ela tem dificuldade em se articular de maneira narrativa mais completa, ela é feita de

experiências muitas vezes até triviais, mas dificilmente comunicáveis e narráveis” (GAGNEBIN, 2010: 104).

É precisamente frente a esse embate que podemos pensar o testemunho como ferramenta para esse resgate à narrativa e à palavra. O testemunho vem em nome daqueles que não conseguem falar, não pretendendo suprir esse entrave, mas justamente deixando aparecer a lacuna sempre existente nesse exercício de dar forma ao irrepresentável (AGAMBEN, 2008).

Se Benjamin (1936) prenuncia o fim das narrativas com o empobrecimento das experiências e, portanto, da transmissão, Agamben (2008: 161) irá marcar o testemunho como a língua que “sobrevive em ato à possibilidade – ou à impossibilidade – de falar”. É nesse paradoxo que o testemunho irá se constituir: enquanto sobrevivente é recheado de palavras que, no entanto, nem sempre são possíveis de serem ditas.

Ao nos debatermos sobre a dificuldade da narrativa frente a situações de violência, sempre estaremos frente a uma insuficiência, e é justamente essa a razão do testemunho: será sempre através do resto que ele irá se constituir, o testemunho diz da incapacidade. Sua importância então é marcar essa lacuna, fazer aparecer esse resto, que constantemente vem tentando ser tapado pelas vozes dos que se nomeiam como vencedores, não como sobreviventes.

3. O Testemunho e a testemunha

*A aniquilação do testemunho não é a ausência do que dizer,
mas não ter quem escute o que se pode dizer*⁵

Como então colocar em palavras aquilo que falta, como ser capaz de falar da incapacidade? Gagnebin (2006: 49) descreve essas narrativas como “simultaneamente impossíveis e necessárias, nas quais a memória traumática, apesar de tudo, tenta se dizer”. A dificuldade, portanto, está no fato de não serem quaisquer experiências, são experiências traumáticas que, segundo a autora, cortam ao sujeito o acesso ao simbólico, em particular à linguagem, e assim impossibilitam a linguagem cotidiana e a narração tradicional de assimilar o choque.

Para Seligmann-Silva (2000: 83), o trauma é justamente uma ferida na memória. Segundo o autor, uma memória como essa traz uma literalidade da recordação da cena traumática, vai além dos limites da nossa percepção. Nesse sentido ele questiona: “como

dar o testemunho do irrepresentável? Como dar forma ao que transborda nossa capacidade de pensar?”. Sua pista para responder essa questão é compreender o testemunho como esquecimento (“uma fuga para frente” em direção à palavra) e libertação da cena traumática.

Depois de ouvir as torturas do irmão de Alice, um sentimento de impotência tomou conta de mim: “e agora, o que eu faço?” era a pergunta que ficava martelando em minha cabeça. Ao chegar, lembrei que não estava sozinha e resolvi dividir minha inquietação com aqueles que me acompanham no trabalho na fila. Na resposta sobre o que fazer, mais uma vez veio o que de alguma forma eu já sabia e, por vezes, no meio do tumulto, me esquecia: eu já estava fazendo, estava escutando elas, proporcionando um momento em que seus discursos ganhavam validade.

O compartilhamento tem sua importância na medida em que dilui o excesso de violência dentro de si e rompe a solidão. No entanto, para que seja possível esse reconhecimento da violência sofrida é preciso que haja um outro que esteja aberto à escuta, alguém que se coloque não só como espectador, alguém com quem compartilhar sua história.

Esse outro que assim se posiciona chamamos de testemunha, compartilhando a ideia de Gagnebin (2006: 57): “testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro”. A testemunha então, se faz presente enquanto um transmissor do inenarrável. O discurso do sobrevivente, agora com a possibilidade do reconhecimento, é firmado enquanto resistência ao seu apagamento.

Vivemos em um movimento de arquivar as histórias, ou seja, de apagar os rastros – os restos –, engavetando narrativas em museus, deixando-as esquecidas e empoeiradas. No extremo oposto, onde estão as *coisas inarquiváveis*, ouviremos o grito, e como nos diz Paulo Endo (2008: 70), “o grito não pode ser escrito”.

Como resistência a esse arquivamento escrevo esse trabalho, como testemunho de um trabalho maior com o *Coletivo Fila*, que pode ser compreendido como um agenciador de testemunhos contra o silenciamento do Estado. Com os tímpanos perfurados com os quais retorno da *fila* decido escrever e, então, o mesmo acontecimento que me perfura, quando narrado e compartilhado me concede fôlego para retornar à mesma fila, que nunca é a mesma.

4. Fila – tempo e memória

Pra que serve uma fila?

Para (des)organizar uma espera.

O que se faz numa fila? O que se espera de uma espera?

Não é uma fila de banco, apesar de que é preciso ter paciência. Não é fila de supermercado, apesar de carregarem sacolas de comida; não é a fila para conseguir um atendimento médico, ainda que se saia de lá pedindo mais saúde. Em verdade a fila não é uma fila, pois ninguém fica de pé em uma linha reta atrás de outra pessoa.

Outro dia a ida à fila teve um gosto diferente pra mim e, quando comecei a narrar, me dei conta de que parecia que eu estava escrevendo como se fosse a primeira ida minha às filas. Pois é assim que eu sinto, toda vez é a primeira.

Chegamos e fomos direto pra frente do ICS⁶, conhecido lugar nosso onde os familiares aguardam para visitar os adolescentes que se encontram provisoriamente fechados em celas (digo, bretes⁷), até que voltem para casa ou sejam transferidos para outra casa preocupada em socioeducá-los. Esses familiares, em sua esmagadora maioria mães, esperam naquele ambiente aberto, de um teto, uma única parede e bancos de pedra, que racham com o peso de uma sacola, até chamarem o número da sua senha para que possam entrar.

Mães que esperam sentadas, de pé, encostadas, comendo, conversando ou caladas; mães que não estão em fileiras, mas que constituem nesse espaço-tempo a fila delas. Assim que chegamos, sentimos que esse momento estava preenchido pelo silêncio que foi ocupando cada cantinho habitado pelas mães, deixando apenas que pudéssemos ver as expressões de tristeza e angústia em seus corpos. Na falta das vozes, começamos a olhar atentamente o que se passava ali. Seria medo ou talvez até vergonha da nossa presença? Como adentrar a fila delas sem fazê-las recuar?

Não muito diferente dos outros sábados, nos apresentamos enquanto Coletivo Fila, falamos da parceria com a AMAR⁸, da Psicologia e do Direito da UFRGS e do porque estávamos ali: para escutá-las e auxiliá-las no que pudéssemos. Levamos as fotos de violência policial e começamos a passar entre as mães que estavam mais ao canto. “O que é isso?” - perguntaram. Respondemos que eram imagens que trazemos e que retratam a violência policial que elas mesmas nos contam. Pronto, estava dada a largada. Várias falas foram disparadas, relatos singulares de dor e sofrimento começaram a fazer eco nos que por ali também esperavam e, aos poucos, a palavra

passou a ser coletivizada. É naquele momento de compartilhamento, onde o silêncio foi rompido, que decido continuar minha narrativa.

4.1 Coletivo Fila

O Coletivo Fila é um grupo que se propõe a fazer intervenções na *fila* em que familiares de adolescentes que estão em internação provisória na Fundação de Atendimento Socioeducativo aguardam para visitá-los. O grupo se propõe a construir um espaço de acolhida, escuta e retirada de dúvidas jurídicas, através de proposições coletivas que vão desde conversas informais até oficinas.

Fazem parte do grupo estudantes de graduação das áreas de direito e psicologia integrantes de projetos de extensão da UFRGS, que se uniram para pensar esta proposta de intervenção específica por interesse na temática de violação de direitos e privação de liberdade. O trabalho teve início quando do contato feito através da AMAR, que solicitou ao G10⁹ que fosse oferecido um suporte técnico-jurídico a essas famílias.

As idas periódicas do grupo à fila do ICS começaram em março de 2012 e, desde então, a atividade é realizada em sábados alternados com grupos de três a quatro estudantes. O ICS foi a unidade escolhida, pois mesmo com a rotatividade dos adolescentes ali internados e, conseqüentemente, dos seus familiares, as questões que eles carregam decorrem justamente do fato de a internação ser provisória (com prazo máximo de 45 dias), enquanto aguardam os procedimentos judiciais anteriores à sentença.

Notou-se, no entanto, que muito além das dúvidas processuais, essas famílias têm uma grande demanda por um espaço de escuta, uma vez que sofrem inúmeras violações de direitos, antes, durante e depois de todo o caminho do ato infracional. A partir disso, estudantes de psicologia foram chamados a participar da iniciativa, somando-se assim mais integrantes do PIPA¹⁰.

Após iniciarmos a atividade no campo e estarmos em contato com os familiares dos adolescentes, fomos escutando aos poucos a angústia daquelas pessoas, em sua maioria mães, que não sabiam nem o que poderia acontecer com seus filhos. Não sabiam como se dava o desenvolvimento das audiências e por que seus filhos aguardavam dentro da FASE, e não em liberdade. Não sabiam a quem recorrer quando das violências policiais e traziam fortemente consigo um sentimento de impotência e culpa frente à situação em que seus filhos se encontravam.

Tempo de internação, tempo de espera por liberdade: quanto tempo cabe nesse tempo? No tempo a seguir, o que pode acontecer? Na espera por algo que não se sabe, incertezas recheando o tempo, lateja: quem sabe o que vai acontecer com o meu guri?

Silêncio

Quanto tempo ele ficará internado aí dentro?

Silêncio

Silêncio na espera, silêncio após ela. A violação de direitos de jovens da periferia é a todo o momento calada pelo Estado, que tapa os olhos para a violência da qual ele mesmo é provedor. Nas idas às filas de familiares que esperam para visitar adolescentes internos no ICS, tentamos encontrar formas de dar visibilidade àquilo que vem sendo encoberto pelos véus da sociedade *democrática, justa e igualitária*, que, ao mesmo tempo em que assegura direitos pela Constituição e pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), os cerceia e os viola.

Vamos às filas levando nossos percursos no direito, na psicologia, nos (des)caminhos do viver. No tempo em que se dá a fila permanecemos junto a essas mães, tentando romper esse engendramento de silêncio, romper com o que cala e faz calar - romper com o que se espera. A fila, portanto, não é muda, a fila fala. E nós a escutamos. Promovemos uma escuta coletiva para um sofrimento que também é coletivo, acreditando que o compartilhamento é a potência para que os familiares possam protagonizar as suas vozes em denúncia e possam dizer, desde seu lugar legítimo de fala, de seu sofrimento quanto à violência policial, violência de Estado, e ao que mais puder tomar voz.

A fila promove encontros... com angústia, sofrimento, lágrimas, com falas com que nos identificamos, com gestos acolhedores, com o tempo. Este encontro também amplia vozes para que os sujeitos ali se reconheçam como ativos, para que possam enunciar suas garantias de direitos e trazer à luz o que passou anos na escuridão do silêncio.

A espera é silenciosa, mas a angústia não é inaudível. Lá não se espera por um compartilhamento de segredos, mas eles irrompem; não pedem passagem, apenas emergem e enunciam o que segue velado, o que não pode ser dito. Cassetetes, socos, ossos quebrados, sangue, choque, saco, ameaças. Por que me contas tudo isso?

É justamente no momento em que é assegurada ao sujeito a presença de outro que o escute que se abre a possibilidade de ele narrar sua história. Ao oferecer nossa

escuta nos colocamos disponíveis para testemunhar a violência de Estado a que esses adolescentes e seus familiares são submetidos, dentro e fora da instituição. Colocamos como testemunha não só na função de ouvinte, mas também como transmissor daquilo que se passou ali e agora jamais poderá ser apagado, agenciadores de uma visibilidade.

O silenciamento toma forma enquanto mecanismo de defesa diante da recusa do corpo social em ouvir o que estamos constantemente reproduzindo. “Para evitar o contato com a experiência da dor e do desamparo, as marcas psíquicas da violência são encapsuladas e dissociadas, e, no lugar da vivência traumática, o que subsiste são bolhas de tempo, zonas de silêncio, fragmentos de vida que não podem ser integrados aos demais” (KOLKER, 2010: 184-185).

Na tentativa de furar essas bolhas o testemunho não cala, é inarquivável; insiste como a fala que vem afirmar uma memória ignorada, fazendo resistência ao silenciamento e à história oficial. Nesse sentido, a importância da escuta que permite reter essa dor que pode se diluir quando não há um lugar para ela. Dar um lugar (mas não arquivar) essa dor que também é silenciada é poder reconhecer a dignidade e o valor do sofrimento para que, então, em outro momento, possa se transmitir essa história singular que diz respeito a todos nós.

4.2 (Des)espera-se

Os funcionários começam a chamar os familiares a partir das 13h30min por ordem crescente do número das fichas. Assim que alguém chega ao local, a primeira coisa a se fazer é retirar a ficha; quanto mais cedo, menor o número da ficha e mais rápido você será chamado. E ainda antes de chegar na Fase a espera já começa: por um lugar no ônibus, no trem, por uma encomenda, por um encontro. Nós também esperamos, vamos à fila esperando que a nossa escuta dê outro lugar para as falas que lá ecoam.

Sol a pino, calor, muito calor. Como estava quente aquele sábado! Ao chegar ao IPC (Instituto Padre Cacique), não encontro ninguém e já fico feliz com a perspectiva de estarem todos no ICS (Instituto Carlos Santos), local que favorece em muito nosso trabalho por ser mais propício para que a fala se torne coletiva. Dito e feito, estavam lá. Resolvi então me sentar na sombra que fazia sobre o meio-fio, na espera de minhas colegas de grupo, afastada ainda das pessoas que se agrupavam sob o telhado.

Nesse momento, assim como eles, eu também esperava.

Depois que a minha colega chegou, ela me comentou que sob aquele telhado certamente faz muito calor, e que, com a chegada do verão, a espera se tornaria pior. Espera-se no calor, no frio, no sol ou na chuva...espera-se.

*“A mulher já o esperava.
Nada – perguntou
Nada – respondeu”*

Personagem de Gabriel Garcia Márquez, o Coronel, desde que terminou a última guerra, não fizera outra coisa senão esperar. Durante cinquenta e seis anos esperou. O Coronel tinha alcançado o seu posto na guerra, aos vinte anos de idade. O governo tinha decidido 33 anos antes atribuir uma pensão aos veteranos de guerra. Dada a escassez de recursos, as pensões eram atribuídas num sistema de filas de espera. O Coronel entrou nessa lista de espera no dia 12 de agosto de 1949 e tinha o número 1823. Todas as sextas-feiras a esperança era renovada ao se dirigir ao cais do porto e aguardar a lancha que trazia o correio para a ilha, na expectativa de receber a carta com a notícia.

Assim como o Coronel, os familiares também esperam por uma notícia: a de que o tempo de internação do adolescente está por chegar ao fim. E também como o Coronel eles têm sua esperança renovada todo sábado ao se dirigirem para a fila e aguardarem a liberdade de seus filhos (e por que não a deles próprios?). Algumas vezes, porém, o que sentimos na fila é uma ansiedade grande, o medo do desconhecido e do imprevisível. O que eu espero? Me desespero! E então nos questionamos: o que fazer para tornar a espera melhor? Mas a espera já não é por algo melhor? Espera-se porque se tem esperança, como diria Bloch (1959). E se a esperança é o motor dessa jornada pelo encontro com o filho, essa espera não é passiva: aquelas mães vão ao encontro do que anseiam, colocam-se enquanto sujeitos que esperam, mas nem por isso passivos.

Quando se fala em espera, muitas vezes imaginamos passividade, como se não restasse mais nada a fazer, somente a receber. Mas, ao contrário do que se imagina (ou se espera), aqui o ato de esperar não é passivo, não resigna: “o afeto da espera sai de si mesmo, ampliando as pessoas, em vez de estreitá-las” (BLOCH, 1959: 13). Espera-se algo novo e diferente, espera-se que algo mude; a mudança, no entanto, não vem de fora. Certa vez ouvi de uma mãe que na fila esperava: “a gente espera ajuda de lá (apontando para casa de internação), mas é aqui que a gente ganha ajuda e força, nesse espaço”.

Nas primeiras idas à fila eu falava em resignação das mães; no entanto, hoje em dia, quando vamos à fila enxergo não mais mulheres acomodadas com o tratamento dado aos seus filhos; agora são mulheres (mães, irmãs, esposas...) que querem falar disso, estão convictas de que devem denunciar. Entendo essa mudança como um dos efeitos do trabalho de empoderamento e coletivização que tentamos lá produzir. O trabalho que fazemos com aqueles familiares nas filas não é somente um trabalho de escuta. Ao sair de lá ele continua, sua persistência diz de algo maior do que a subjetividade individual-familiarista. O agenciamento coletivo de enunciação (DELEUZE e GUATTARI, 1996) é o grito que denuncia a violação de direitos dos adolescentes e de seus familiares. Assim, nosso trabalho se constitui enquanto agenciador de uma espera ativa, onde a palavra em circulação possa ser tomada como enunciadora dos vários saberes ali presentes.

4.3 As Vozes no Coletivo

Nos primeiros meses em que estive alguns sábados no ICS, observava que as pessoas ali na fila não queriam se expor, aproximavam-se através da questão jurídica: alguma dúvida sobre a audiência, algum prazo etc. No entanto, muitas vezes essa era apenas a brecha para que pudessem ser escutadas e, então, contavam sobre seus filhos, irmãos, netos e namorados que estavam aguardando suas visitas dentro da FASE. Falavam muito sobre a violência que eles passam antes e depois de serem pegos, mas falavam também de outros assuntos: do namorado da filha, do trabalho, da saúde do marido e da sua própria; em suma, falavam da vida.

Essas histórias, entretanto, eram narradas somente para um ou dois integrantes do Coletivo, visivelmente impedidas de serem abertas; continuavam em um âmbito privado. Nos rostos daquelas pessoas havia medo e descrença: medo de que as histórias vazassem e elas sofressem algum tipo de represália e descrença de que algo iria mudar ao falarem sobre isso.

Nas reuniões do Coletivo Fila, passamos a nos questionar sobre como passar aquelas histórias individuais para o âmbito coletivo. Como compartilhar o que aparecia como um segredo? Frente a essas questões, o grupo elaborou oficinas para serem realizadas com os familiares dos adolescentes. A ideia era a de que a oficina fosse um meio para abrir a fala, tirar as histórias do nível individual e trazê-las para o coletivo, mostrando que aqueles eram sentimentos compartilhados pelos que lá esperavam.

Dessa forma foram elaboradas duas oficinas. A primeira foi realizada com fotos de inúmeros bairros de Porto Alegre, trazendo o tema da circulação pela cidade para que eles pudessem dizer como enxergam a capital e a relação deles com cada bairro, fazendo emergir temas como cidadania e relação com o espaço público. Já na segunda oficina levamos imagens impressas (alguns desenhos do tipo *charges*) que fazem referência a situações de violência policial e ao papel da mãe enquanto denunciante e resistente a essa violência.

O silêncio havia sido rompido; o compartilhamento fora iniciado. Passamos a realizar essa segunda oficina mais seguidamente, sempre que sentíamos que havia espaço para tal. Uma vez que estávamos trabalhando coletivamente, no entanto, outra questão passou a bater à porta: como coletivizar e ao mesmo tempo criar sentidos singulares? As imagens ali presentes poderiam suscitar sentimentos diferentes em cada um, e ao mesmo tempo poderiam tapar o buraco daquele sofrimento. Como fazer um trabalho que permita às pessoas criar novas imagens, que não sirvam enquanto modelos para dar conta do seu trauma?

Ainda na pretensão de conceder um lugar a todos e a cada um individualmente, marcando a autoria coletiva e singular, levamos papéis e canetas para que as pessoas escrevessem o que aquelas imagens suscitaram em cada uma delas. Sabendo, no entanto, da delicadeza do tema, levamos também uma caixa onde pudessem colocar seus escritos, podendo fazê-lo anonimamente, na tentativa de reguardar espaços onde os familiares se sentissem seguros para falar – seja para o grupo, seja para eles mesmos. Além disso, para dispormos de outro meio de registro, um gravador de voz passou a ser utilizado por quem o preferisse, e assim ainda poderemos contemplar a vontade de mães não alfabetizadas de relatar e ter registrada a sua situação.

Desse modo pudemos dar voz aos diferentes sentimentos que ali se encontravam: raiva, impotência, coragem, covardia, orgulho, amor... Em um movimento contra a corrente, vamos trazendo à luz o que o Estado tenta enterrar, o discurso daqueles que estão à margem. Discurso este que em diferentes épocas e lugares permaneceu silenciado, facilitando que o poder público ignorasse questões sociais de fundamental importância, que, quando não reparadas, tendem à repetição.

Sobre essa luta contra a amnésia social, havia algo de semelhante em outra fila. O ano era 1971, momento de recrudescimento da ditadura no Brasil, momento de clandestinidade. O país, no entanto, era outro: a França. Ano da fundação do Grupo de Informações sobre as Prisões (GIP) por Michel Foucault, Jean-Marie Domenach e

Pierre Vidal Naquet. Compreendendo a informação como uma luta e a investigação como um ato político, “o objetivo do grupo era recolher informações da detenção por meio de uma série de investigações realizadas utilizando questionários que circularam nos estabelecimentos penitenciários franceses, de modo a obter as informações junto à fonte” (ARTIÈRES, 2011: 320).

Um dos espaços que eles ocupavam para distribuir seus questionários e discutir sobre o tema era a fila de espera para entrar na prisão. Não pretendiam se colocar no lugar dos prisioneiros, era na diferença que marcavam a potência desse trabalho, fazendo da prisão um local de lutas e, dos ditos prisioneiros comuns, atores dessas lutas. Segundo Defert (1971, apud Artières, 2011), entrar na fila de espera e falar da prisão em voz alta, para a família dos detentos, era aceitar juntar-se com gente que não tinha pessoas próximas na prisão, e isso era um ato político.

Mais do que uma mera semelhança com o GIP, o Coletivo Fila vem ao encontro destas proposições. Assim como “o objetivo do GIP seria permitir a emergência de um discurso próprio aos detentos que pudesse promover uma luta social” (ARTIÈRES, 2011: 324), entendemos que o objetivo do trabalho na fila é dar voz aos familiares, torná-los protagonistas daquela espera. Concordamos, portanto, com Foucault (1979: 71), quando este nos diz sobre a apropriação que os intelectuais por vezes acabam fazendo do discurso das massas:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade.

Desse modo, sabíamos do cuidado necessário para que nossa voz não se sobrepusesse à daqueles sujeitos. Ao mesmo tempo, dentro do Coletivo, também precisávamos colocar em voz alta nossas ideias e impressões do trabalho. Continuava nos inquietando a questão de como levar a experiência da esfera individual para a coletiva, já que dentro do próprio grupo se percebia a dificuldade que existia para compartilharmos nossas experiências entre nós mesmos. Na incessante busca de construir visibilidade a esses discursos, levávamos conosco ainda um desassossego de acabarmos fazendo-os calar, insustentáveis, em nossos corpos, constituindo-nos também como mecanismos de silenciamento.

O que fazer para driblar essa dificuldade em encontrar palavras comuns, isto é, que possam ser compartilhadas com os outros? Precisamos inventar outras formas narrativas, buscar na literatura e nas artes uma narrativa artística que possa intermediar o testemunho.

A literatura aparece, então, como um empreendimento de saúde: não que o escritor tenha forçosamente uma saúde de ferro (haveria aqui a mesma ambiguidade que no atletismo), mas ele goza de uma frágil saúde irresistível, que provém do fato de ter visto e ouvido coisas demasiado grandes para ele, fortes demais, irrespiráveis, cuja passagem o esgota, dando-lhe contudo devires que uma gorda saúde dominante tornaria impossíveis. Do que viu e ouviu, o escritor regressa com os olhos vermelhos, com os tímpanos perfurados. (DELEUZE, 1997: 14)

Entre tantas inquietações sobre o inenarrável, questiona-se: que outra maneira haveria de transmitir a experiência que transborda a margem e ultrapassa as convenções da língua? Inesgotável experiência, para a qual se cria então outra estratégia de produção de sentidos. Colega de Coletivo Fila, colega de vida, Cecília responde a essa interrogação com seu corpo, produz uma cena que diz da sua experiência com esse mesmo trabalho, onde juntas ouvimos o sofrimento das mães que têm seus filhos privados de liberdade. No encontro com o teatro, pôde produzir uma maneira de tensionar o visível e levar o experienciado a outros lugares, outros corpos, outras afetações.

Não sendo o teatro o meu meio de comunicação, para não calar essas experiências optei por narrá-las, na pretensão de que as palavras produzam rizoma, deem a conexão que faltou ao meu corpo. Falar não é ver; mas em alguns momentos a palavra se apresenta como uma maneira transcendente de ver (BLANCHOT, 2001), fazendo da experimentação do pensamento um movimento permanente.

5. Ecos da fila – quando o grito rompe o silêncio

Toda fila anda, e essa não foi diferente. Relatos começaram, denúncias se esboçaram, mães foram e voltaram, a fila andou. Oficinas realizadas, torturas escutadas, filhos que foram e ficaram, a fila andou. A fila andou, continua andando... e falando, gritando, esperando e testemunhando.

Através das oficinas, a violência evocada nas falas pôde ganhar outros sentidos à medida que as pessoas iam narrando suas lembranças e, com isso, recontando e reencontrando sua própria história. Uma vez que muitos familiares ali puderam dar seu

testemunho sobre seus conflitos, indignações e sofrimentos, foi possível a produção coletiva de novos sentidos ao próprio momento de espera na fila. O testemunho veio resgatar essa tentativa de protagonizar os sujeitos através de suas narrativas para que eles passassem a se ver ativamente frente à espera.

No espaço da fila, espaço de trocas, é importante continuarmos atentos para os diferentes sentidos que cada narrativa oferece à construção da memória coletiva, podendo abrir espaços de intervenção que permitam que o sujeito aceda à autoria. “É preciso criar condições para que o trabalho da memória ocorra... lembrar é entrar em contato com a experiência, deixarmos-nos afetar por ela e, com isso, resignificarmos os acontecimentos” (ANGELUCCI, 2011: 6). Ao sugerir para Alice escrever sua história, eu estava oferecendo um espaço para essa memória e, mais do que isso, tentando manter vivo o desejo de narrar, o que segue como um grande desafio. Se quisermos escutar esses testemunhos é preciso que nos posicionemos enquanto testemunhas, sustentando a narração e agenciando sua transmissão.

A partir da proposta da oficina, surgiram inúmeras falas com caráter de denúncia, mas carregadas de muito medo do risco contido no simples ato de falar sobre isso. Como diz Mia Couto (2003, p.19): “sabe-se: a dor pede pudor. Na nossa terra, o sofrimento é uma nudez – não se mostra aos públicos.”. Evidencia-se aí, além do sofrimento, a falta de espaços onde essas mães possam ser escutadas, evidencia-se a política de silenciamento produzida pelo Estado e mantida pela sociedade.

Encontramos na fila uma caixa preta de nossa sociedade, cujo conteúdo temos o dever de revelar. Se falamos que a ditadura civil-militar acabou, por que essas experiências de violação dos direitos ainda se mantêm na clandestinidade? É preciso que nos preocupemos, pois, com os efeitos das violências que seguem sendo perpetradas e que seguem, ainda hoje, no registro do esquecimento. Afirma Kehl (2010: 128) que o “esquecimento” da tortura acaba por produzir a naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil. Fato que ilustra isso é o de que a polícia brasileira é a única na América Latina que comete mais assassinatos e crimes de tortura na atualidade do que durante o período da ditadura civil militar¹¹. Como pode uma sociedade cicatrizar suas feridas e fazer frente às violações de Direitos Humanos do presente se continua a fechar os olhos às torturas e assassinatos políticos do passado? “Afinal, de que lado está o apagamento da memória que produz a repetição sintomática da violência institucional brasileira?”.

Mario Benedetti bem que avisou: “o esquecimento está cheio de memória”. É nosso dever então tornar públicas as experiências e as lutas que a história apagou, resistindo contra as políticas de silêncio e esquecimento. É importante ressaltar que esse esquecimento não é somente o de um passado, ele se articula enquanto política que atravessa também a violência estatal de hoje, ao negligenciarmos e naturalizarmos a existência e constante reprodução dessa brutalidade. Ao mesmo tempo lidamos, já no pós-ditadura, com uma variação desta questão: as democracias modernas não coíbem a violência estatal. Para além da violência perpetrada durante o estado de exceção (e os efeitos dela hoje decorrentes do modo como nos relacionamos com o nosso passado), nos deparamos com a *exceção na democracia* - como bem nos diz Agamben (2004), o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Frente a ele é preciso criar novas formas de visibilizar e combater a violência estatal. Nesse sentido, o Coletivo Fila se propõe a abrir algo do que foi e ainda segue sendo silenciado em nosso país.

Para retirar essa memória coletiva da clandestinidade, concordamos com Kolker (2010: 181) que esse resgate deve ser feito “não apenas por meio de museus, memoriais ou monumentos, mas também pela circulação dos testemunhos e das outras memórias, até então silenciadas”. Já que os estrondos foram inaudíveis para os ouvidos daqueles que nada queriam ouvir, agora é o momento de gritar, de agenciar testemunhos impossíveis de serem arquivados.

A fila fala, anda, experiencia e grita! A internação é provisória, mas as experiências de violência são permanentes; por isso, mais do que ouvir os testemunhos, é necessário transmiti-los. O Coletivo vai caminhando nessa direção, transbordando a experiência na fila para outros corpos, fazendo com que aquelas vozes aterrissem em outros territórios e façam-se vibrar com o alto timbre do grito. Não há mais como não escutar.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O que Resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ANGELUCCI, Carla Biancha. Prefácio. In: DOTTO, Karen Meira; ENDO, Paulo Cesar; ENDO, Teresa Cristina; SPOSITO, Sandra Elena (Orgs). *Psicologia, Violência e Direitos Humanos*. São Paulo: CR PSP, p.5-8, 2011.

- AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo, Musa Editora, 2004.
- ARTIÈRES, Phillipe. Uma política menor – o GIP como lugar de experimentação política. In: CASTELO BRANCO, Guilherme e VEIGA-NETO, Alfredo (Org). *Foucault: filosofia e política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p.319-331, 2011.
- BENJAMIN, Walter. (1933) Experiência e Pobreza. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Vol I*. São Paulo: Brasiliense, p.114-119, 1987.
- _____. (1936). O Narrador. Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Volume I*. São Paulo: Brasiliense, p.197-221, 1994.
- BLANCHOT, Maurice. Falar não é ver. In: *A conversa infinita, a palavra plural*. São Paulo: Escuta, 2001.
- BLOCH, Ernest. (1959) *O Princípio Esperança*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2005.
- COIMBRA, Cecília. Gênero, militância, tortura. In: MOURÃO, Jane Calhau (org). *Clínica e Política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquare; Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.
- COUTO, Mia. *Um Rio Chamado Tempo, uma Casa Chamada Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs- Capitalismo e Esquizofrenia Vol 3*. São Paulo: 34, 1996.
- _____. A Literatura e a Vida. In: *Crítica e Clínica*. São Paulo: 34, 1997, p. 11-16
- ENDO, Paulo. Partilha, testemunho e formas contemporâneas do excessivo. In: *Psicanálise e Cultura*. São Paulo: Ide, p.70-74, 2008.
- FOUCAULT, Michel. (1979) Os Intelectuais e o Poder. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História e Testemunho. In: *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: 34, 2006.
- _____. Entrevista: Experiência e Narrativa. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 39, p.103-112, jul/dez, 2010.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (org). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- KOLKER, Tânia. Tortura e impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação. In: Coordenação Geral de Combate à Tortura (org). *Tortura*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, p.170-195, 2010.
- LAZZAROTTO, Gislei. Experimental. In: FONSECA, Tania Maria Galli; NASCIMENTO, Maria Livia do; MARASCHIN, Cleci. (orgs.) *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *O Coronel*. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- PROUST, MARCEL. *No Caminho de Swann*. São Paulo: Publifolha, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A História como Trauma. In: NESTROVSKI, Artur (org). *Catástrofe e Representação: Ensaio*. São Paulo: Escuta, p. 73-98, 2000.
- SOUSA, Edson Luiz André de. Caixa-Preta. In: DOTTO, Karen Meira; ENDO, Paulo Cesar; ENDO, Teresa Cristina; SPOSITO, Sandra Elena (Orgs). *Psicologia, Violência e Direitos Humanos*. São Paulo: CR PSP, p.198-205, 2011.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

Karine Szuchman
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: karineszuchman@gmail.com

¹Fundação de Atendimento Socioeducativo, responsável pela execução das Medidas Socioeducativas de Internação e de Semiliberdade no Rio Grande do Sul, determinadas pelo Poder Judiciário, a adolescentes autores de ato infracional.

² Uso um nome fictício aqui para preservar sua identidade.

³ Faço alusão aqui ao conceito de “corpo sem órgãos” (CsO), assim definido por Deleuze e Guattari (1996: 21): “O organismo não é corpo, o CsO, mas um estrato sobre o CsO, quer dizer, um fenômeno de acumulação, de coagulação, de sedimentação que lhe impõe formas, funções, ligações, organizações dominantes e hierarquizadas, transcendências organizadas para extrair trabalho útil”

⁴ Alice Ruiz (*apud* Coimbra, 2009)

⁵ Endo (2009: 55, *apud* Sousa, 2011)

⁶Instituto Carlos Santos – unidade de internação provisória da Fundação de Atendimento Socioeducativo

⁷ Palavra utilizada pelos adolescentes para se referir aos dormitórios dentro das unidades de internação

⁸ Associação de Mães e Amigos dos Adolescentes em Risco

⁹ Grupo do SAJU (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária) da UFRGS, que tem como objetivo na sua atividade de extensão assessorar adolescentes no âmbito do Direito Penal Juvenil, representando-os judicialmente.

¹⁰ Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei – Núcleo de extensão da UFRGS criado em 2011 que tem como público adolescentes em medida socioeducativa, egressos, familiares e equipes da rede de políticas públicas que trabalham neste contexto. Atuando de maneira interdisciplinar, o Pipa é formado por 4 grupos: Estação Psi (faculdade de psicologia), Programa

de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC- faculdade de educação), G10 (faculdade de Direito) e o Coletivo Fila.

¹¹ Kehl (2010) cita em seu texto ter conhecimento deste dado através do professor Paulo Arantes.